

Regionalizações, Tipologias e Desenvolvimento Territorial:

Um debate sobre o papel da Geografia.

Jan Bitoun

Departamento de Ciências Geográficas

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

RESUMO

As políticas de desenvolvimento territorial demandam operações de delimitações de territórios para que a necessária articulação de ações setoriais de diversos agentes públicos e privados, entre os quais os movimentos sócio territoriais da sociedade civil, possa ocorrer. As metodologias de delimitação sejam elas regionalizações ou tipificações desenvolvidas por geógrafos dialogam com contextos geopolíticos e arranjos político-administrativos que influenciam as decisões adotadas nos trabalhos de delimitação e classificação. Na cadeia produtiva do conhecimento, as Regionalizações e Tipologias são representações intermediárias a serem debatidas como tais pelos produtores do conhecimento e pelos agentes sociais, sendo essencial, então evitar que essas representações sejam reificadas. O trabalho apresenta e discute, no contexto federativo brasileiro, algumas regionalizações e tipificações que tiveram grandes impactos em políticas públicas. Entre as Regionalizações, destacam-se aquelas dos meados do século XX, (Grandes Regiões, Mesorregiões e Microrregiões) estruturando os modos de organizar as informações visando fortalecer representações e ações da União, sem ignorar, no entanto, as unidades locais de poder, estados federados e municípios. Entre as Tipificações, num outro contexto geopolítico, de inserção do país em modelos de desenvolvimento globalizados, destacam-se os Atlas de Desenvolvimento Humano. Destaca-se que passaram a ser objetos de consumo por parte de agentes públicos e privados sem que houvesse uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento que deu origem a essas representações. Palavras Chaves: Regionalizações, Tipologias, Políticas de Desenvolvimento Territorial, Brasil.

A reflexão apresentada neste trabalho remete a uma das tarefas mais clássicas do trabalho dos geógrafos: A construção e a interpretação de delimitações espaciais. Estas não são neutras e situam-se no campo da construção de representações, que por serem produtos de abordagens científicas ganham legitimidade fora deste campo, na sociedade e na definição e operação de políticas públicas. Observa-se, na primeira parte, que essas delimitações são na ciência construídas com base em métodos distintos:: Regionalização e Tipificação que orientam respectivamente políticas de carácter intersectorial fundamentadas no reconhecimento de identidades territoriais e políticas setoriais focalizadas visando reduzir carências localizadas. Em seguida, observa-se que, no Brasil, esses dois métodos expressam um percurso histórico. Com o fortalecimento do Estado Nacional, as Regionalizações multiplicaram-se sem, no entanto, recolocar em questão a permanência das Regiões Históricas, cujo poder foi reafirmado no arranjo constitucional de 1988. Os métodos de Tipificação ou Classificação foram bem mais promovidos nas últimas décadas, contemporâneas de novos paradigmas, tais como o da competitividade e das políticas focais. Quaisquer que sejam os métodos empregados para delimitações espaciais, os geógrafos precisam manter-se atentos às implicações de ordem política que as representações geram no campo das ideias e das práticas.

DELIMITAÇÕES ESPACIAIS SÃO FERRAMENTAS INTERMEDIÁRIAS ENTRE CIÊNCIAS, PODERES E SOCIEDADE.

Em trabalho produzido em 1989, intitulado “Recife: uma interpretação geográfica”, publicado em 1994 numa coletânea (CARLOS, 1994), procurava analisar o discurso geográfico sobre Recife e ressaltava, citando Vincent Berdoulay, que, “a epistemologia das ciências não pode”(…)“se limitar inteiramente a uma história das condições da produção científica. As abordagens, os produtos não teriam adquirido um certo grau de autonomia, uma lógica própria?”¹ Segundo o mesmo autor, o impacto da sociedade sobre o pensamento geográfico não se daria necessariamente numa mão única; “as vezes, são os geógrafos que vêm influenciando - mesmo de forma modesta - o curso das coisas “...” os geógrafos são atores sociais e a geografia faz parte da sociedade; as suas produções devem ser vistas neste contexto onde domina o movimento das coisas, das idéias e das estratégias”.²

¹ BERDOULAY V. Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique. Ed. CNRS, Paris, 1988, p. 7. (Trad.)

² BERDOULAY V. Géographie: lieux de discours in Cahiers de Géographie du Québec, vol 32, n° 87, Déc 1988, p. 247. (Trad.)

À medida que o enfoque territorial vem ganhando peso em diversas áreas do conhecimento, esse papel dos geógrafos não pode ser ignorado nas estratégias adotadas para o desenvolvimento de políticas públicas. Segundo Bernardo Mançano³:

“Entre os vários argumentos que podemos usar para dizer que o território ganhou status nas diversas áreas do conhecimento, há um que se destaca. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais.”

A produção por parte de geógrafos de divisões espaciais consiste em fazer emergir uma representação, ou melhor, um “território imaterial”. Segundo Bernardo Mançano, no texto já citado:

“O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das ideias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder.”

Ferramenta “imaterial” então, mas expressa em listagens, pouco sedutoras, e mapas, muito convincentes, ambos resultando das intencionalidades na elaboração conceitual. Mais explícitas essas intencionalidades, mais claros os procedimentos metodológicos, menos será possível reificar a representação, cujo objetivo primaz é suscitar debates visando o aprimoramento das políticas públicas de desenvolvimento territorial ou setoriais.

Os geógrafos lançam mão de dois procedimentos metodológicos distintos para formular divisões territoriais capazes de orientar essas políticas: métodos de regionalização e métodos de tipificação.

³ http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf

Nos primeiros, o objetivo é de reconhecer e representar territórios contínuos, regiões apresentando fatores de homogeneidade decorrente da extensão de problemáticas naturais, econômicas ou culturais que se quer valorizar pela implantação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, articulando diversas políticas setoriais em torno do reconhecimento de uma identidade regional.

Nos segundos, o objetivo consiste em classificar entidades espaciais, não necessariamente contíguas, em função da intensidade de determinados atributos cuja variação, de maior para menor, é captada por meio de procedimentos estatísticos. Por exemplo, podemos formar classes de cidades grandes, médias e pequenas caracterizadas tão somente pela quantidade de residentes; ou separar em classes municípios grandes, médios e pequenos produtores de leite. Podemos definir classes de municípios com altas, médias e baixas taxas de crescimento demográfico, municípios com altas, médias e baixas ocorrência de determinado agravo à saúde, municípios apresentando muito altos, altos, médios índices de desenvolvimento humano – IDH ou índices de desenvolvimento da educação básica - IDEB. A possível continuidade territorial de alguns deles será somente um subproduto da tipificação e essas classificações podem ser ferramentas valiosas para políticas setoriais mais que propriamente territoriais.

A diferença entre os dois procedimentos metodológicos descritos acima precisa ser bastante consciente por parte dos cientistas, já que os métodos de regionalização objetivam romper com práticas exclusivamente setoriais, propondo territórios de articulação entre as mesmas considerando às vezes, algumas mais norteadoras que outras. No caso brasileiro, na primeira década deste século, houve a implantação, centrada no desenvolvimento rural, dos Territórios da Cidadania, Territórios Rurais e Territórios de Identidade. Foi cuidadosamente avaliada numa publicação do IICA⁴. Na sua contribuição⁵, Tânia Bacelar de Araújo, reforçando a ideia da intersetorialidade nas políticas públicas conclui:

“Como se vê, os avanços são inegáveis, mas um esforço adicional de reforço e algumas modificações estratégicas ainda precisam ser implementadas nos próximos anos.”

Os métodos de tipificação, por meio da escolha dos atributos podem ter outro mérito: Servem para identificar a necessidade de fortalecer o impacto de políticas setoriais para desenvolver

⁴ Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / Arilson Favareto... [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

⁵ Capítulo 5: Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil

práticas mais equânimes no território, reduzindo por meio de ações focais as desigualdades entre entidades espaciais no que se refere a carências num determinado setor.

Quaisquer que sejam os métodos de delimitação espacial, os resultados do trabalho científico precisam ser vistos como produtos intermediários e propostos para debates em diversos ambientes:

- Ambientes governamentais de modo a estabelecer um diálogo entre operadores de políticas públicas de desenvolvimento territorial e setoriais e permitir aprimoramento e reorientação das políticas existentes e até propor novas políticas.
- Ambientes da sociedade civil organizada em particular dos movimentos sociais engajados de modo a avaliar até que ponto a proposta de delimitação foi aderente às experiências do espaço vivido com os conflitos e oportunidades que o caracterizam.
- Ambientes acadêmicos e de produção do conhecimento de modo a suscitar linhas de pesquisa que possam surgir das problemáticas identificadas com maior ou menor intensidade por meio das delimitações, sejam estas regionalizações ou tipificações.

Nesses ambientes, vale ressaltar posicionamento expresso por SPOSITO (2009):

“É importantíssimo que haja estudos, tipologias e classificações, porque é em cima delas que se começa a raciocinar, é em cima delas que nós temos um conjunto de elementos, porque, como pesquisadores, nós não vamos fazer levantamentos suficientemente abrangentes para um país tão grande e tão diverso.”

BRASIL: DA PERMANÊNCIA DAS REGIÕES HISTÓRICAS À MULTIPLICAÇÃO DAS REGIONALIZAÇÕES.

Chama atenção, no caso brasileiro, a permanência de “Regiões Históricas” que de tão enraizadas na história política do país acabam despercebidas na sua natureza pelos geógrafos que, no entanto, reconheçam essa categoria de regiões em outros países. A continuidade da presença de regiões históricas no Brasil pode ser reconhecida no longo ciclo de transformação das Capitâneas coloniais em Províncias do Império e em Estados da República. Na história republicana, houve divisões dos Estados e transformação de Territórios em Estados mudando o mapa das regiões históricas do Brasil na sua forma, mas não na sua essência. A ruptura essencial se deu no processo colonial com a eliminação dos prévios territórios indígenas por meio de conquistas estudadas pelos arqueólogos e historiadores brasileiros. Os Estados, e o seus papéis no sistema federativo, expressam a continuidade de regiões históricas estabelecidas

no processo de apropriação do solo, das sesmarias à Lei de Terra de 1850 que atribuiu às Províncias competências sobre a venda de terras devolutas. Numa escala mais fina, esse longo processo de apropriação do solo resultou em subdivisões históricas das Capitânicas, Províncias e Estados em municípios, à medida que progredia o povoamento colonial, imperial e republicano, sempre comandado pelo poder exercido pelos proprietários fundiários a partir das Vilas e Cidades coloniais, transformadas em sedes municipais no período republicano. Essa construção singular de regiões (Estados) e sub-regiões (Municípios) históricas, bastante consolidadas na Constituição de 1988 que instituiu municípios e estados como entes federativos, não pode ser desconsiderada pelos analistas de conflitos atuais tais como os decorrentes da demarcação de terras indígenas e quilombolas remetendo a outras territorialidades negadas desde o Brasil Colônia e cujo advento encontra fortes oposições por partes dos poderes estaduais e municipais. Também, os estudiosos dos conflitos ligados à Reforma Agrária, resultando de um velho contencioso colonial, devem questionar a morosidade dos poderes judiciários estaduais na regularização final dos assentamentos, cabendo a esses poderes a emissão dos títulos de propriedade em função de uma competência herdada dos tempos coloniais. Quanto aos operadores de políticas, a busca de integração entre União, Estados e Municípios característica alcançada com muitos esforços nos chamados Sistemas Únicos de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS) e menos em outros setores, revela a força da questão federativa ou, dito de outra forma, do poder das regiões e sub-regiões históricas no Brasil na efetividade das políticas públicas.

No entanto, é recorrente a busca em promover outras regionalizações no país com base em outras categorias geográficas de regiões:

Regiões Naturais Simples. Trata-se de delimitações de entidades espaciais cuja homogeneidade decorre de um único fator natural que pode ser buscado na Geologia, Geomorfologia, Biogeografia, Pedologia, Climatologia, Hidrologia e demais Ciências Naturais. Assim sendo, essa delimitação independe das Regiões Históricas e das suas Subdivisões e remete à Natureza. Entre as Regiões Naturais Simples, destaca-se na esfera do planejamento e das políticas públicas uma unidade geomorfológica – a bacia hidrográfica - delimitada pelas linhas divisórias de água separando espaços drenados por um rio e seus tributários, reconhecendo-se uma hierarquia de bacias e sub-bacias na qual operam dinâmicas naturais de erosão, acumulação, bem como dinâmicas referentes ao uso, qualidade e conservação de recursos hídricos. A importância dessas regiões naturais simples foi crescendo à medida que questões ambientais, em especial relacionadas a riscos naturais (deslizamentos e enchentes) e à gestão dos recursos hídricos ganharam peso nas políticas públicas. No Brasil, o marco

recente, sucedendo ao Código das Águas de 1934, é a Lei das Águas, nº 9.433 de 1997, que estabeleceu a [Política Nacional de Recursos Hídricos \(PNRH\)](#) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Entre outras instâncias, tais como os Conselhos Nacionais e Estaduais de Recursos Hídricos, destacam-se os Comitês de Bacias, importantes agentes da vida no campo e nas cidades:

Compete à União e aos Estados legislar sobre as águas e organizar, a partir das bacias hidrográficas, um sistema de administração de recursos hídricos que atenda as necessidades regionais. O Poder Público, a sociedade civil organizada e os usuários da água integram os Comitês e atuam, em conjunto, na busca de melhores soluções para sua realidade.⁶

A Lei 11.445 de 2007 trata do Saneamento Básico e foi discutida no âmbito do Conselho das Cidades vinculado ao Ministério das Cidades. No seu Artigo 19, § 3º estipula:

Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

Assim, a União, os Estados e os Municípios responsáveis pelo planejamento e gestão, e entes “históricos”, devem reconhecer a bacia hidrográfica, uma região natural simples como entidade espacial imprescindível à operacionalização do planejamento e da gestão. Ressalta-se que Consórcios de Municípios estabeleceram-se com base no compartilhamento de bacia hidrográfica.

Regiões Naturais Complexas. Correspondem a entidades espaciais delimitadas por superposição de fatores naturais. É importante lembrar que esse conceito e a metodologia dele decorrente foram adotados para delimitação das Grandes Regiões Brasileiras no trabalho “Divisão Regional do Brasil” realizado por Fábio de Macedo Soares Guimarães do IBGE, publicado na Revista Brasileira de Geografia em 1941.⁷ O autor destaca que esse conceito, mais que o de regiões “humanas” garante a estabilidade necessária a uma divisão capaz de permanecer para organizar as estatísticas e as informações a serem reunidas para o conhecimento e a administração pela União do território brasileiro. No entanto, a delimitação dessas Grandes Regiões não pretendeu romper com a organização anterior por Estados, já que os limites dessas Regiões Naturais Complexas são ajustados ao limite de um conjunto de Estados. O autor justifica esse procedimento, pouco compatível com a realidade das transições

⁶ <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/legislacao-e-orgaos/lei-das-aguas>

⁷ GUIMARÃES, F. M. A Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano III nº2, abr/ jun. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

naturais, pela necessidade de continuidade dos bancos de informações organizados por Estados. Esse trabalho insere-se no contexto político do Estado Novo, visando fortalecer uma representação do país ultrapassando a representação vigente por Estados, sem, no entanto, romper de todo com as oligarquias estaduais, como pode ser verificado no artigo de FREITAS.⁸ O autor, primeiro presidente do IBGE critica os Estados, “*pequenas pátrias egoístas*”, mas reconhece que o propósito não é de fazer uma revolução, mas de dirigir uma evolução. A representação por Grandes Regiões, incorporada nos Censos, divulgada nos programas de Ensino, servirá de base ao Planejamento Regional por parte da União nas décadas seguintes.

Regiões Geográficas ou Humanas. Trata-se de reconhecer entidades espaciais cujo conceito remonta à tradição da escola regional francesa, associando quadro natural e sua transformação pelo trabalho humano, destacando-se nas suas manifestações na formação de paisagens, na distribuição da população, na natureza do habitat e nas práticas sociais, denominadas gêneros de vida, estudando-se o conjunto das técnicas referentes à estrutura agrária e aos sistemas agrícolas. No Brasil, esse conceito de Regiões Geográficas norteou os trabalhos do IBGE que na década de 50 identificaram, em cada Estado, Mesorregiões, com ênfase maior no quadro natural, e Microrregiões onde se procurava dar mais importância aos fatores humanos. Essas delimitações respeitavam os limites das Regiões Históricas (os Estados) e agrupavam suas subdivisões (os municípios). A metodologia empregada, sendo um bom exemplo encontrado em artigo de Orlando Valverde⁹, oriunda da Europa, com ruralidades enraizadas e relativamente estáveis, mal dava conta das dinâmicas que caracterizavam porções do espaço brasileiro diretamente afetado pelas flutuações das demandas externas, bem como pelos fluxos migratórios da população rural com precários laços com a posse da terra. No entanto, as Mesorregiões e as Microrregiões foram adotadas como unidades estatísticas e, às vezes, como unidades de planejamento sub-regional.

Regiões Polarizadas. No final do artigo supracitado, o autor descreve um novo conceito de Região, fundamentado nas áreas de influência das atividades terciárias e secundárias situadas nas cidades e gerando fluxos centrípetos e centrífugos a partir destas, que compõem uma rede urbana de polos hierarquizados. Introduzida no Brasil por Michel Rochefort na virada dos anos 50/60, a identificação da hierarquia urbana e das áreas de influencia das cidades será realizada pelo IBGE por meio de estudos e publicações sucessivas, sempre aprimoradas, como pode ser

⁸ FREITAS, T. A Redivisão Política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano III, n.º 3, jul./set. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

⁹ VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX n.º 3, jul./set. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

constatado na leitura do REGIC – Regiões de Influência das Cidades, publicado em 2008¹⁰. Esses conceito e método de Regionalização foram e são bastante aderentes às teorias de polos de crescimento e difusão das inovações e nortearam a institucionalização das Regiões Metropolitanas na década de 70 e o Programa de Cidades de Porte Médio na década seguinte. A publicação em 2011, pelo IPEA, da obra Dinâmica Urbano-Regional Rede Urbana e suas Interfaces¹¹ deu continuidade a uma abordagem centrada nas dinâmicas urbanas para promover o desenvolvimento regional do país, destacando-se os estudos em escala estadual. Essa abordagem não criou novos espaços estatísticos, mas articulou as estatísticas disponíveis em diversas escalas com uma concepção de desenvolvimento na qual, de uma forma ou de outra, é ressaltada a dinâmica urbana, por meio da concentração dos serviços. Na contemporaneidade, os debates deslocam-se da noção de hierarquia urbana para as noções de cidades intermédias e para a adoção do policentrismo como estratégia de desenvolvimento regional.¹²

BRASIL: O TEMPO DAS TIPIFICAÇÕES

As políticas públicas, nas suas relações com espacialidades, sofreram uma mudança dramática no final da década de 1970 e no início da década de 80. Em seu artigo, “A Crise do Estado e a Região: a estratégia da descentralização em questão”, publicado em 1986 na Revista Brasileira de Geografia, Bertha Becker (BECKER, 1986) descreve com precisão as novas condições econômicas e políticas que, nos cenários globais e nacionais, reconfiguram as possibilidades e os padrões de políticas territoriais: ambiente competitivo, forte peso de empresas com estratégias globais, incertezas devidas à importância e à velocidade dos fluxos financeiros, reestruturação produtiva que transforma os padrões de localização da produção mais que do comando, emergência da economia do conhecimento, da informação e do lazer gerando novas oportunidades e novos empecilhos para lugares mais que para regiões, mudando-se a escala de apreensão das informações necessárias à elaboração de políticas territoriais.

Tipologias e classificações, apoiadas no progresso dos sistemas de informação e nos recursos da informática, multiplicaram-se, geralmente com base em unidades municipais permitindo a elaboração de rankings considerando variáveis estatísticas. Os Atlas de Desenvolvimento Humano, promovidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) representam um dos produtos mais divulgados de tipificação empreendida para representar

¹⁰ BRASIL. IBGE. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 2008.

¹¹ PEREIRA, R. H. M. e FURTADO, B. A. (orgs.) Dinâmica urbano-regional e suas interfaces. Brasília : IPEA, 2011.

¹² BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS - SPI. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III – Regiões de Referência. Brasília: 2008.

diferenciações no território brasileiro, em escala nacional e no interior das grandes aglomerações do país. Associando banco de variáveis e entidades espaciais, municípios no âmbito dos Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e inframunicipais no âmbito do Atlas das grandes aglomerações, essas ferramentas classificatórias constituem uma nova geração de representações espaciais consoantes com os modelos competitivos ou *a contrario* com a busca de identificação de espaços marcados pela vulnerabilidade, de modo a promover ações focais. A tendência em estabelecer rankings é muito presente por meio da mídia e influencia bastante a opinião pública, podendo até reforçar estigmas que afetam determinados lugares. Por outro lado, os operadores de políticas públicas devem estar atentos às variáveis envolvidas nas classificações de modo a desenvolver ações que estejam focadas nas carências setoriais identificadas nos espaços comparados. Exemplificando, não faz sentido nenhum lançar mão do critério do valor do Índice de Desenvolvimento Humano para direcionar investimentos em Saneamento Básico quando se dispõe do mapeamento preciso do atendimento por esse serviço dos municípios brasileiros.

Na academia, essas classificações requerem também um aprimoramento da formação dos pesquisadores em geografia para o manuseio responsável de instrumentos que além de técnicos significam a possibilidade de construir uma representação social do espaço. Exige-se responsabilidade no conhecimento e no trato das variáveis e índices compostos, tanto no que se refere aos procedimentos estatísticos como nas bases conceituais que os antecederam. Confundir, como é lamentavelmente corrente em trabalhos acadêmicos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com um indicador de qualidade de vida é ignorar a relação que esse Índice tem com a concepção de desenvolvimento que lhe deu substância¹³. A experiência do Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife revela que foi atingido na sociedade local um novo patamar de divulgação da informação geográfica, mas cabe se perguntar até que ponto e como essa informação pode contribuir à geração de uma melhor “inteligência geográfica”¹⁴.

A produção de ferramentas modernas de tipificação insere-se nessa problemática, já que mais do que nunca adquirem autonomia e podem ser usados em prol de diversas lógicas. A participação dos geógrafos na produção e interpretação dessas ferramentas precisa então

¹³ Ver em BITOUN, J. O que revelam os Índices de Desenvolvimento Humano. In RECIFE, Prefeitura et al. Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal, 2005. CD-ROM.

¹⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO (2005)

ultrapassar aspectos instrumentais para se situar, em diversas escalas de atuação, num debate bem contemporâneo. Concorde-se com a assertiva seguinte (GADREY, JANY-CATRICE, 2007 trad.):

“Os grandes indicadores econômicos e sociais não são exclusivamente reflexos passivos dos fenômenos que pretendem resumir. Eles participam, com outros elementos do nosso ambiente informacional do que estrutura nossos quadros cognitivos, nossa visão do mundo, nossos valores, nossos juízos.”

Desse modo, reafirma-se a responsabilidade dos produtores e interpretes de “territórios imateriais”, sejam eles decorrentes de metodologias de regionalização ou de tipificação, com implicações nas relações de poder, conforme salientado no início desse texto por Bernardo Mançano. Essa responsabilidade e os cuidados metodológicos crescem quando há por parte da sociedade, uma demanda, precisa ou difusa, para novas regionalizações, expressa em reivindicações por melhores condições gerais de vida, envolvendo capacidade por parte das políticas públicas de ultrapassar a estanque compartimentação setorial e de promover desenvolvimento respeitoso das situações vivenciadas nos mais diversos rincões do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, T. B. **In Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios** / Arilson Favareto... [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

BECKER, B. **A Crise do Estado e a Região: A estratégia da descentralização em questão.** *Revista Brasileira de Geografia.* Ano 48 nº1, jan / mar. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

BERDOULAY V. **Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique.** Ed. CNRS, Paris, 1988.

BERDOULAY V. **Geographie: lieux de discours.** *Cahiers de Géographie du Québec.* vol 32, nº 87, Déc 1988.

BITOUN, J. e MIRANDA, L. (orgs.) **Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais.** Recife: FASE: Observatório das Metrópoles, 2009

BRASIL. IBGE. **Regiões de Influência das Cidades.** Rio de Janeiro, 2008. p.17

BRASIL. LEI n° 9433/97. **Estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos**. Governo Brasileiro, 1997. Lei das Águas. (Disponível em - <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/legislacao-e-orgaos/lei-das-aguas>.)

BRASIL. IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS - SPI. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III – Regiões de Referência. Brasília: 2008

CARLOS, A.F.A. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Caderno especial **Recife uma cidade desigual**. Recife, 11/12/2005.

----- - Caderno especial **As veias abertas do Recife**. Recife, 12/12/2005.

FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios**. Presidente Prudente: Unesp, 2008. (disponível em: http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf)

FREITAS, T. **A Redivisão Política do Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano III, n.º 3, jul./set. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

GADREY, J. JANY-CATRICE, F. **Les nouveaux indicateurs de la richesse**. Paris: La Découverte, 2007.

GUIMARÃES, F. M. **A Divisão Regional do Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano III n°2, abr/ jun. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

PEREIRA, R. H. M. e FURTADO, B. A. (orgs.) **Dinâmica urbano-regional e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.

PNUD. IPEA, Fundação João Pinheiro. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2003. CD-ROM

RECIFE, Prefeitura et al. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal, 2005. CD-ROM.

SPOSITO, M.E.B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE; ICISA/UFPA; Observatório COMOVA, 2009.

VALVERDE, O. **Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais**. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX nº 3, jul/set.. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.